Ata da 06ª Reunião Ordinária do 3º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos vinte e sete dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e três, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Os vereadores se reuniram, em sessão ordinária, sob a Presidência da Vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini, secretariada pelo Vereador Adriano Reinhardt, primeiro secretário. Presente à maioria dos senhores vereadores. Ausente o vereador Luiz L. Pesenti. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia a Sra. Presidente encaminhou para as comissões técnicas os Projetos de Lei do Executivo Municipal de n°s 336, 337 de 2023, e a Moção do Legislativo Municipal de n° 043 de 2023. Comunicou ainda, o calendário das sessões do mês de março sendo nos dias: 06, 09, 13, 20, 23 e 27. **MATÉRIAS EM DISCUSSÃO ÚNICA E VOTAÇÃO:** Em seguida a Sra. Presidente colocou em discussão única a Moção nº 042 de 2023 - Autor: Adriano Reinhardt - Moção de Aplausos ao Colégio Froebel pelos seus 130 anos de fundação. Com a palavra o vereador Adriano Reinhardt. Solicitou a aprovação dos demais vereadores para homenagearem o Colégio Froebel pelos seus 130 anos de fundação, mas, não apenas como colégio, mas por todo o trabalho realizado pelos luteranos ao longo desses anos. Leu a história da instituição e frisou que nada é mais justo do que valorizar essa comunidade e as pessoas que se dedicaram ao ensino e ao crescimento da cidade. Com a palavra a vereadora Carla. O. Hofmann. Parabenizou o autor da Moção de Aplausos, vereador Adriano, e observou que ele foi bastante sensível em propor essa Moção, pois lidar com a educação num país como o nosso é sempre um desafio. Destacou que uma instituição tão longeva como o Colégio Froebel merece o reconhecimento dessa Casa de Leis e da comunidade de São Bento do Sul. Solicitou a mesa diretiva para que possa subscrever a referida Moção. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente colocou em votação a Moção n°042 de 2023, sendo aprovada por unanimidade. Logo após, a Sra. Presidente colocou em discussão única o Requerimento nº 091 de 2023 - Autora: Carla O. Hofmann - Solicitando a convocação do Senhor Josias Terres, Secretário Municipal de Educação para prestar informações e esclarecimentos sobre os assuntos referentes a Secretaria. Com a palavra a vereadora Carla O. Hofmann. Mencionou que na última semana, houve uma discussão bastante preocupante a respeito de uma postagem feita nas redes sociais, de notícias recebida através do aplicativo WhatsApp, sobre um possível atentado (massacre) contra algumas escolas do município. Comentou que na ocasião conversou com o delegado Sobreira, e também com o Comandante Stanchak, da Polícia Militar, para saber se já havia chegado até as autoridades competentes essa situação, além de conversar com o Secretário de Educação,

Sr. Josias, para verificar se alguma atitude já havia sido tomada a esse respeito. Foi cientificada que a guarnição da polícia já havia deslocado viaturas para realizar rondas nas imediações das respectivas escolas, e o Secretário da Educação também já havia conversado com os diretores, para que tomassem os devidos cuidados. Destacou que é uma situação bastante preocupante, foram várias notícias vinculadas nessas postagens, onde alguns pais entenderam que não deveriam levar seus filhos para a escola. Além disso, outros assuntos foram tratados na última sessão, como a falta de professores, segurança nas escolas e falta de materiais escolares, por essa razão, tomou a liberdade de propor o referido requerimento, para convocar o Secretário de Educação, para que este venha até essa Casa responder os questionamentos dos vereadores, mas especialmente, que fique registrado para toda a população o que a Secretaria de Educação está fazendo sobre esses assuntos. Por fim, pediu apoio dos demais vereadores para a aprovação do requerimento. Com a palavra o vereador Adriano Reinhardt. Ressaltou ser favorável a aprovação desse requerimento, pois de fato, foi um assunto que se alarmou na cidade, após essa pessoa fazer postagens em redes sociais, o que acabou assustando e prejudicando muitos pais. Sendo pai, também ficou preocupado com a situação e embora saiba que a questão da segurança pública seja de responsabilidade do Estado, sabe que sem a ajuda do município isso ficaria ainda mais difícil. Pediu que o Executivo e a classe de empresários apoiem cada dia mais a segurança de nossa cidade, e sugeriu que os legisladores também fazem de tudo para fortalecer a questão da segurança pública no município. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Parabenizou a proposição feita pela vereadora Carla, pois já comentou sobre a questão de segurança e a falta de vigias nas escolas. Falou que isso é muito importante, e espera que o Secretário de Educação possa trazer informações positivas sobre esse assunto quando vier falar na tribuna. Acredita ser importante tratar sobre a necessidade de vigias nas escolas com urgência. Frisou ser favorável a aprovação do requerimento. Com a palavra a vereadora Terezinha M. Dybas. Ressaltou que foi uma notícia falsa, que serviu de alerta, de reflexão, e todas as escolas do município, sejam estaduais, municipais e particulares reavaliaram certamente sua forma de fazer a segurança dos alunos nas escolas, pois está também é uma incumbência que cada escola precisa cuidar, verificar se tem segurança suficiente ou não, para mudar algumas medidas que são adotadas nas escolas. Tem ciência de que algumas escolas particulares da cidade já mudaram alguns protocolos para garantir a segurança de seus alunos. E afirmou ser sempre favorável à aprovação de requerimentos de convocação de secretários, assim como, de todo e qualquer pedido de informação, para que tragam os devidos esclarecimentos aos vereadores e de toda a comunidade. Com a palavra o vereador Darlan A. Guliani. Mencionou que tem visitado as escolas pelo menos duas vezes por semana e na maioria, tem observado que elas possuem interfone, para que possam ser acessadas. Observou que tem escolas com apenas duas vagas para os pais estacionarem e deixar os filhos, e

em dias de chuva isso complica um pouco. Comentou que lhe chama atenção na questão de segurança de escola, é que a gente vive um sistema que é no mínimo “burro”, e se refere a isso em questão nacional, pois a mesma lei que diz que não pode haver um vigilante armado na porta de uma escola, permite um vigia armado na porta de um banco. A criança pode ver um vigia armado na porta do banco, na segurança de um carro forte (com dinheiro), em portas de casas particulares, mas na porta da escola não pode. Comentou que o mesmo sistema que deveria fazer a segurança das crianças proíbe, mas eles usam esse mesmo sistema para se proteger, e acredita que para entrar no Supremo Tribunal Federal, tenha alguém armado lá, assim como, na Câmara dos Deputados Federais. Destacou que se forem perguntar para os pais da cidade de Saudade, localizada no Oeste de Santa Catarina, onde crianças foram vítimas de um adolescente armado, que acabou cometendo aquela chacina, eles provavelmente iriam preferir alguém armado lá para fazer a segurança nas portas das escolas. Falou que é um desafio enorme para a sociedade, até porque há escolas que começaram como adaptações, com 4, 5 salas e hoje algumas passam de 15 ou 20 salas. Talvez se fosse criado um sistema com mais catracas, que solicitasse uma identificação eletrônica, até poderia funcionar, mas, colocar um simples vigia, simplesmente como uma estátua, não evita algo. Comentou que estão falando de vidas, e vidas não tem preço, por isso, entende que o sistema deve ser revisto. Lembrou que são em 10 vereadores, sendo 6 de partidos diferentes, todos com representantes na escala estadual e federal, por essa razão, acredita que podem dar um toque nesses representantes, para que possam dar revisada na lei, pois algo precisa ser feito. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente colocou em votação o Requerimento de Informação n°091 de 2023, sendo aprovado por unanimidade. **MATÉRIAS EM 2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** Na sequência, a Sra. Presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 330 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Altera a redação da Lei nº 4666, de 14 de outubro de 2022, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Compromisso para fins de desapropriação amigável de imóvel e aquisição. Com a palavra a vereadora Terezinha M. Dybas. Ressaltou que o referido Projeto de Lei tem por objetivo alterar a redação da Lei n° 4666. Lembrou que essa Lei já foi aprovada, autorizando a desapropriação amigável de imóvel e aquisição pelo SAMAE, onde será instalado um reservatório de água. Explicou que a dotação orçamentária e o pagamento pelo imóvel deve ser feito pelo SAMAE, no entanto, quando a lei foi aprovada, constava o nome do Município de São Bento do Sul. Informou que este Projeto de Lei visa essa alteração, retirando como adquirente o município de São Bento do Sul e incluindo a autarquia do SAMAE. Concluiu solicitando a aprovação dos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Executivo nº 330 de 2023, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 331 de

2023 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Concordância de desapropriação amigável cumulada com doação de imóvel. Com a palavra a vereadora Terezinha M. Dybas. Enfatizou que o referido Projeto de Lei tem por objetivo a autorização da Casa Legislativa, para que o Município possa firmar termo de concordância de desapropriação amigável cumulada com doação de imóvel, com a Fundação Promosul. Explicou que a Promosul é uma Fundação, e consta em seu estatuto que se for findada a entidade, o patrimônio deve ser revertido para o município de São Bento do Sul. Contou que todas as tratativas iniciaram a mais de um ano, após o Conselho curador da Fundação Promosul, demostrar sua vontade de transferir o patrimônio para o município e não continuar mais como fundação. As tratativas foram acompanhadas pelo Ministério Público, juntamente com o jurídico da Prefeitura e o jurídico da Fundação Promosul. Comentou que durante esse período muitas reuniões foram realizadas, e chegou-se ao Projeto de Lei que está sendo discutido. Frisou que o patrimônio da Promosul é composto por duas matrículas, sendo um imóvel de 143 mil metros², contendo uma construção de um pavilhão de eventos de 15.486,68 metros², com um estacionamento para aproximadamente 700 vagas. Sendo palco de várias atrações ao longo de 26 anos de atuação, tendo ocorrido naquele espaço cerca de 344 eventos. Após as tratativas do Conselho Curador e o Município, foi decidido que em virtude da Promosul ter um débito, que somado chega a quantia de R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), seria feito uma dação em pagamento no valor de R$495.305,92 (quatrocentos e noventa e cinco mil trezentos e cinco reais e noventa e dois centavos), valor este referente ao IPTU que a Fundação Promosul tem parcelado com o Município de São Bento do Sul. Informou que este parcelamento do IPTU estava sendo quitado de forma parcelada e a penhora existente no imóvel da Promosul era referente a quitação desse parcelamento. Com o pagamento desse valor, será extinguido essa dívida e o imóvel poderá ser transferido para o Município, através de doação. Explicou que também há o pagamento dos seguintes valores: R$ 106.889,75 (cento e seis mil reais oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos) em rescisões trabalhistas dos funcionários da Fundação Promosul; o valor de R$774.688,25 (setecentos e setenta e quatro mil seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos), para quitar um empréstimo com a credora Tuper S/A; o valor de R$ 5.445,56 (cinco mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) para o pagamento de fornecedores diversos, que são pequenas contas que estão especificadas no verso do balancete e podem ser vistas no Projeto de Lei; o valor de R$ 738,61 (setecentos e trinta e oito reais e sessenta e um centavos) com a quitação de água e seguro; o valor de R$ 5.109,11 (cinco mil cento e nove reais e onze centavos) com obrigações tributárias diversas, as quais estão também especificadas no balancete e o Município assume a responsabilidade pelo adimplemento do Termo de Ajustamento de Conduta, n° TAC n° 004/2014, firmado entre a Fundação Promosul e o Ministério Público de

Santa Catarina, o qual trata sobre a questão da sonorização. Explanou que a Promosul pode hoje receber todo e qualquer tipo de eventos, menos os que contenham som alto, a exemplo de um show de música, ou um show gospel que vai ter qualquer tipo de sonorização. Neste caso, o evento não pode ser recebido, enquanto não forem realizadas as obras que foram acordadas no Termo de Ajuste de Conduta, no que diz respeito a questão acústica do pavilhão. Contou ainda, que o objetivo é receber esse patrimônio pelo município, realizar todas as transações que são necessárias e após será feito um processo de chamamento público, para que uma empresa venha administrar o pavilhão de eventos, como shows, feiras, formaturas entre outros. Já na parte de fora, explicou que existe um projeto de ser feito um grande parque, para que toda a população possa usufruir daquele espaço. Informou que convém destacar o valor de R$ 22.765.600,00 (vinte e dois milhões e setecentos e sessenta e cinco mil e seiscentos reais), referente a avaliação imobiliária das duas matriculas que compõem o patrimônio da Promosul e o valor contábil de R$46.795.180,00 (quarenta e seis milhões setecentos e noventa e cinco mil, cento e oitenta reais), sendo necessário que neste caso, saia o valor que se refere ao valor contábil, que é o registrado no balancete da Promosul, para que a fundação possa ser extinta. Enfatizou que a fundação só pode ser extinta, acompanhada pelo Ministério Público, depois de sanados todas as pendências com os pagamentos. Diante do patrimônio que é a Promosul, e diante do valor que o Município vai ter que desembolsar, sendo R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), em parte em IPTU, não sendo desembolso efetivo do caixa da prefeitura, e uma compensação de pagamentos, para adquiri um patrimônio superior a 22 milhões de reais. Esclareceu que durante a discussão várias perguntas foram feitas e uma delas não respondeu naquele momento, e também não vai responder, pois se trata da relação dos nomes dos funcionários da fundação, e em virtude da Lei LGPD, não se pode falar a respeito disso, somente a respeito do total devido. Expôs sua opinião, afirmando que se trata de uma grande transação, a qual vai trazer ao patrimônio do município um valor estimado, a uma contra partida que não é um desembolso efetivo, considerando que tem a questão do IPTU. Acredita ser uma grande aquisição para o município de São Bento do Sul, sendo importante que ele tenha uma destinação, que ocorra o chamamento público, para que tenha a empresa que faça a administração do pavilhão de eventos, e de igual forma, ocorra a implantação do parque, para que todos os munícipes possam fazer uso daquele espaço. Concluiu solicitando a aprovação dos demais vereadores. Em seguida, a Sra. Presidente registrou a presença do Prefeito Municipal na sessão. Com a palavra o vereador Adriano Reinhardt. Comentou que a Promosul é um belo patrimônio, com um bom espaço, que vem sendo adquirido pelo Município, doado pelos empresários. Lembrou que o Projeto de Lei foi discutido nesta Casa, e respeita a opinião de todos os colegas sobre o tema, mas acredita que todos os vereadores sabem da oportunidade que o Município está tendo em adquirir este patrimônio. Frisouu que se não fosse os

empresários fazerem investimentos na cidade, não estaríamos tão falados a nível nacional, sendo a cidade conhecida como a cidade dos móveis, hoje não apenas móveis, mas aço e outras categorias. Falou que é preciso parabenizar os empresários que se dedicaram e fizeram essa grande obra (Promosul). Comentou que todos os vereadores estiveram reunidos com representantes da Prefeitura, com o Procurador do Município, e entende que não podem deixar esse patrimônio escapar do município, assim como houve no passado, a oportunidade de aquisição do terreno da Expoama, e esta Casa não votou pela aquisição desse terreno. Citou novamente a importância da classe empresária, mencionando algumas famílias que doaram alguns bens para o município, a exemplo da família Bollmann, família Rudnick e família Buddemeyer. Comentou que sempre existirá pessoas contra e a favor do Projeto, as que são contra, entende que é porque não fizeram nada pelo crescimento da cidade, apenas criticaram. Frisou ser favorável a aprovação do Projeto e se depender de sua vontade o patrimônio não vai escapar, ficando esse imóvel para a cidade. Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Ressaltou que é importante mencionar que o município não vai estar adquirindo a Fundação Promosul. A Fundação será extinguida e tudo o que se fez, tem de gastos ou despesas, não virá para o município. Esclareceu que será o patrimônio que será adquirido pelo município, o qual deverá dar um uso efetivo para esse bem. Frisou que a responsabilidade dos vereadores é muito importante neste momento, sendo fácil jogar com a torcida, pois todos são agentes políticos e precisam de votos. Por isso, entende que é muito fácil fazer um discurso simpático ou antipático, se protegerem, ou ainda, fazem comentários que a princípio parece corretos, mas que são extremamente equivocados. Explicou que devem avaliar que se trata de um patrimônio de mais de R$22 milhões de reais, que vai estar vindo para o Município por aproximadamente R$1.300.000,00 sendo essa primeira conta a ser feita. Frisou que não estão comprando uma empresa pública. Em segundo momento, alertou que devem analisar para onde o Município de São Bento do Sul pretende chegar e olhar o quanto desejamos crescer na questão de desenvolvimento econômico, com a realização de feiras e eventos, uso efetivo do local para a realização de outras situações de fomento para a indústria e comércio de nossa região, pois são eventos importantes, que trazem receitas para o município. Comentou também a respeito do fomento do turismo, da vinda de pessoas que vem até a cidade para participar de feiras, eventos e conhecerem a região, além de contribuírem para questão econômica. Pontuou a respeito do uso do espaço do imóvel para a construção de um parque público, que nós precisamos, pois providenciar espaços de lazer é também dever do Município. Mencionou que no seu entendimento já mostrou três pontos que justificam a aquisição do espaço. Comentou que acompanha as palavras do vereador Adriano, quando o mesmo apontou a responsabilidade dos vereadores, e mencionou sobre a irresponsabilidade feita na época, quando os vereadores permitiram a doação do Parque da Expoama para o Estado de Santa Catarina,

sem nenhuma cláusula de contrapartida. Afirmou que isso foi uma irresponsabilidade. Irresponsabilidade de não ter sido aprovado o georreferenciamento, que atrasou em pelo menos 4 anos a organização do plano diretor e a oportunidade de que empresários e investidores de fora possam vir para o município, para que possa ter investimento efetivo na cidade. Destacou que o que fazem nesta Casa não pode ser visto de maneira simpática ou antipática, e os vereadores precisam ser responsáveis em pensar a onde o Município de São Bento do Sul pretende chegar. Manifestou-se favorável ao Projeto de Lei, e informou que será extremamente cautelosa em cobrar a forma como esse patrimônio público será gerenciado. Lembrou que é uma obrigação e responsabilidade do gestor e como vereadora cobrará todos os dias, assim como, tem cobrado o absurdo de investimento que foi feito na Casa Eichendorf, a qual ainda não foi dado um destino, embora o patrimônio tenha sido entregue para a comunidade e não efetivamente tomado pela população, pois todas as obras públicas que forem realizadas dentro do município, aquele contribuinte precisa fazer uso. Deseja que de fato, seja dado um belo destino a esse patrimônio que deve vir para o município. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Comentou que foram feitas algumas perguntas e questionamentos na 1ª discussão do Projeto, sendo a maioria delas respondidas pela líder de governo. Destacou que foram perguntas feitas por empresários, cidadãos e as dúvidas foram sanadas, o que é muito bom. Falou que concorda com a fala do vereador Adriano, quando o mesmo parabeniza os empresários pela iniciativa de fazerem aquele maravilhoso pavilhão. Ressaltou que muitos municípios gostariam de ter um pavilhão da mesma qualidade, nas mesma proporções, dimensões e localização. Parabenizou a todos os envolvidos na construção da Promosul, e também parabenizou a municipalidade que ao longo de alguns anos repassou valores a entidade. Citou os valores repassados. Falou que desde a inauguração e todas as edições da Feistock, sempre esteve presente, apoiando. Comentou do Projeto de Lei que tratava sobre a compra do terreno da CIDASC, e informou que estava na legislatura passada, sendo que os vereadores questionaram o porquê adquirir um bem que já era do Município e foi doado para o Estado de Santa Catarina. Destacou que se fosse uma empresa, seria uma “pechincha” o valor do patrimônio sugerido, sendo este muito barato. Falou que fez e faz questionamentos que ninguém quer fazer e por isso sempre é criticado pela imprensa local. Frisou que o município sempre vem cedendo funcionários para mão de obra para o governo do estado, sendo para a Apae, Polícia Civil e Militar, e ninguém reclama. Questionou se será possível reaver esses valores que serão pagos quando for colocado uma empresa terceirizada para administrar a Promosul. Em resposta a vereadora Terezinha, informou que existe uma expectativa de que ocorra esse retorno, mas não pode precisar os valores, pois o processo de concessão para essa empresa terceirizada deve ocorrer através de chamamento público, a exemplo das funerárias. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Ressaltou que sobre a questão das funerárias havia sido feito

um esquema de contrato, e colocou que deveria ser feito por meio de licitação, sendo um arranjo encontrado pela administração para postergar a licitação. Parabenizou a administração que realmente fez a licitação e com isso entrou recursos no caixa da Prefeitura, estando tudo conforme previsto na Constituição Federal. Comentou que não é possível prever quando será o custo fixo com a aquisição deste imóvel. Sabe que até agora não saiu a licitação do transporte público e a população continua andando com ônibus ruim. Tem a questão das obras públicas de péssima qualidade, onde os vereadores tem recebido reclamação, além da falta de melhorias em cemitérios, parques, logradouros públicos, e ainda o município deseja receber mais esse grande patrimônio para cuidar e administrar. Falou que esse é um medo, de estrarem repassando mais esse custo fixo para o contribuinte, que terá que pagar esse custo, até que se contrate uma empresa terceirizada que se interesse e comesse a promover os eventos. Com a palavra o vereador Darlan A. Guliani. Informou que não pode estar presente na reunião com o Procurador do Município, mas seu assessor estava e gravou toda a conversa e pode ouvir. Chegou à conclusão que se trata de um “baita” de um negócio. Há questionamentos a respeito do TAC, e não tem como responder se haverá uma empresa interessada, mas espera que apareça. Citou como exemplo a cidade de Pomerode-SC, a qual resolveu fazer uma festa de páscoa, e quando o pavilhão estava sendo administrado pelo município não atingia a quantia de 90 mil reais de arrecadação, e logo, no primeiro ano que terceirizou a festa, conseguiu render aos cofres públicos a quantia de mais de 900 mil reais. Lembrou dos eventos que foram feitos na Promosul, sendo 344 ao longo de 26 anos, como feiras, formaturas, festa de natal para crianças que eram organizados pela Sra. Annelize Mallon entre outras. Acredita que houveram muitos eventos em prol do povo que não foram cobrados pela fundação. Torce para que apareça uma empresa que administre o pavilhão. Tem ciência que todo bem precisa de manutenção e manutenção depende de valores para se mater. Comentou que tem investimento que não é meramente dar dinheiro, faz parte do todo e da qualidade desse todo, como qualidade de vida. Citou que o projeto que a Amunesc fez para a construção do parque é espetacular e viável, desde que corram atrás de verbas e isso são capazes. Frisou que o é preciso pensar na cidade lá na frente, pois a cidade logo completa 150 anos, que no início era uma “vilazinha”. Mencionou a respeito do terreno da CIDASC, que hoje é um simples terreno, mas na sua concepção, futuramente este local poderia abrigar um hospital regional, localizado perto da BR, de fácil acesso para São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre. Falou que somos grandes em capacidade para pensar, projetar e executar uma utilidade para a Promosul, mas que pode ser revertida essa utilidade como vitrine para a cidade e área de lazer para os munícipes. Indagou se é um bom negócio para São Bento do Sul, e disse que na sua concepção sim, e por isso se diz favorável a aprovação desse Projeto de Lei. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Executivo nº 331 de 2023, sendo aprovado por

unanimidade. **MATÉRIAS EM 1ª DISCUSSÃO:** Em seguida a Sr. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 335 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Altera a Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011, que Dispõe sobre o Plano Municipal de Ensino do Município de São Bento do Sul. Com a palavra a vereadora Terezinha M. Dybas. Explicou que o Projeto tem por objetivo alterar a Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011, para adequar a composição do Conselho Municipal de Educação, a fim de possibilitar que haja a participação de um representante da associação de pais e amigos dos autistas. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei do Executivo nº 331 de 2023, será levado a 2ª discussão em uma próxima sessão. Na sequência a Sra. Presidente informou que atendendo ao Requerimento de n° 089 de 2023, de sua autoria, seria concedido espaço na Tribuna Popular Livre para o Sr. Frank Bollmann, o qual falará a respeito da entidade Promosul. **TRIBUNA POPULAR LIVRE:** Na Tribuna Popular Livre o Sr. Frank Bollmann, contou a história da Fundação Promosul, apresentou nomes das pessoas que colaboraram ao longo dos anos com a entidade, bem como, expôs dados e números relativos à fundação Promosul. Após a explanação, se colocou à disposição para esclarecer as dúvidas. Foi aberto espaço para os vereadores tirarem suas dúvidas e fazerem os seus questionamentos. Também foi decidido pelo plenário, pela participação na tribuna popular livre do Sr. Osmar Müllbauer, diretor da Fundação Promosul, o qual também falou a respeito da entidade. Os vereadores fizeram questionamentos e todas as dúvidas foram sanadas. Por fim, a Sr. Presidente justificou a ausência do vereador Luiz. L. Pesenti, devido a problemas de saúde. Não havendo mais nada a ser tratado, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 6 de março e encerrou, mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2023.

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI
Presidente

HÉLIO ALVES
Vice-Presidente

ADRIANO REINHARDT
Primeiro - Secretário

JAIRSON SABINO
Segundo - Secretário

CARLA ODETE HOFMANN

DARLAN ANDRÉ GULIANI

KAREN LILI FECHNER

LUIZ LINDECIR PESENTI

PAULO ZWIEFKA

TEREZINHA MARIA DYBAS

EAM/eam